



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**

ANA SABRINA DE ABREU LIMA

**NOVO ENSINO MÉDIO NO DISTRITO FEDERAL E O MUNDO DO TRABALHO:
CAMINHOS MÚLTIPLOS OU UNO?**

BRASÍLIA – DF

2022

ANA SABRINA DE ABREU LIMA

**NOVO ENSINO MÉDIO NO DISTRITO FEDERAL E O MUNDO DO TRABALHO:
CAMINHOS MÚLTIPLOS OU UNO?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Caroline Bahniuk

**BRASÍLIA – DF
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

An Abreu Lima, Ana Sabrina
NOVO ENSINO MÉDIO NO DISTRITO FEDERAL E O MUNDO DO
TRABALHO: CAMINHOS MÚLTIPLOS OU UNO? / Ana Sabrina Abreu
Lima; orientador Caroline Bahniuk. -- Brasília, 2022.
42 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. A relação entre Educação e Trabalho: história e
atualidade. 2. Juventude e trabalho no contexto do Novo
Ensino Médio no Distrito Federal. 3. Novo Ensino Médio e os
Itinerários Formativos do Currículo em Movimento do Novo
Ensino Médio no Distrito Federal. I. Bahniuk, Caroline,
orient. II. Título.

ANA SABRINA DE ABREU LIMA

**NOVO ENSINO MÉDIO NO DISTRITO FEDERAL E O MUNDO DO TRABALHO:
CAMINHOS MÚLTIPLOS OU UNO?**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília pela seguinte banca:

Prof^ª. Dra. Caroline Bahniuk

Orientadora - Faculdade de Educação - UnB

Prof^ª. Dra. Caetana Juracy Rezende Silva

Faculdade de Educação - UnB

Prof. Dr. Fernando Bomfim Mariana

Faculdade de Educação - UnB

Prof^ª. Dra. Bennedeta Bisol

Faculdade de Educação - UnB

Brasília, 21 de novembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

À MINHA FAMÍLIA

À minha mãe e ao meu pai, que me proporcionaram a oportunidade de estar aqui presente e viver a vida. À minha avó que sempre me acolhe, sempre tem um jeito para resolver tudo. Aos meus irmãos, incentivadores da jornada da Universidade de Brasília, exemplos que pude seguir. Aos meus tios e tias, primos e primas e demais integrantes da minha família que estão próximos de mim. Muito obrigada a todos pela existência.

AO LANDER

Meu parceiro de vida, e agora, pai da minha filha Melina que vai nascer. O Lander foi essencial na minha jornada de graduação, por inúmeras vezes me acolheu, me incentivou, me motivou e me deu o maior carinho para seguir em frente quando eu pensei muitas vezes em estacionar. Gratidão Lander, você torna a minha história mais leve e me ajuda a ressignificar momentos difíceis tornando-os sempre mais alegres.

À MINHA FILHA, MELINA

À minha filha Melina, que ainda está com vinte e sete semanas na minha barriga, mas que a cada dia vem me fazendo acreditar mais no sentido da vida. Obrigada por me escolher como mamãe, obrigada por me mostrar um sentimento novo que é o amor de mãe e que você seja muito bem-vinda.

À MINHA ORIENTADORA, CAROLINE BAHNIUK

À professora e doutora Caroline Bahniuk, que foi meu maior incentivo para que eu pudesse seguir com meu tema de trabalho de conclusão de curso. Professora, obrigada por me acolher como orientanda e obrigada por me mostrar como é ser uma

grande professora, como é ser uma disparadora de conhecimentos e afetos. Me espelho muito em você e agradeço demais o tempo que dedicou para me ajudar, gratidão eterna.

AOS MEUS SERES ESPIRITUAIS

À Deus e aos seres espirituais que me acompanham desde o começo da vida. Ao meu anjo da guarda, à Nossa Senhora, à todos os guias que acredito que me direcionam para um caminho sempre melhor, de elevação e luz. Gratidão aos mediadores dos templos por onde passei.

RESUMO

A pesquisa buscou compreender como o mundo do trabalho atual está atrelado à formação da sociedade, de modo que a educação escolar busca adaptar os currículos às transformações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. A pesquisa de caráter qualitativo englobou uma pesquisa documental, nos documentos nacionais e do Distrito Federal sobre o Ensino Médio, no período de 2016-2022, bem como uma pesquisa bibliográfica sobre Educação e Mundo do Trabalho, particularmente o Ensino Médio. Desse levantamento, destacamos o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio (2021) orientador das escolas do Distrito Federal, no qual buscou-se verificar o sentido da palavra “trabalho”, e a historicidade da educação do Ensino Médio e sua relação com o trabalho, com objetivo de mostrar como a Reforma do Ensino Médio provocou mudanças educacionais que visam alinhar essa etapa de ensino à precarização e à flexibilização do trabalho características do trabalho na atualidade. A noção de competências e habilidades, evidenciada na Base Nacional Comum Curricular (2018), foi destacada no trabalho com objetivo de mostrar como essas duas vertentes estão sendo tratadas no Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal, assim como um dos eixos estruturantes do Itinerário Formativo, que é o empreendedorismo, também destacado no trabalho a fim de verificar como está sendo desenvolvido no Novo Ensino Médio do Distrito Federal.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Trabalho; Educação; Capitalismo; Reforma.

SUMÁRIO

1. MEMORIAL.....	9
2. INTRODUÇÃO.....	13
3. A relação entre Educação e Trabalho: história e atualidade	15
3.1 Educação e Trabalho: conceituação e aspectos históricos.....	15
3.2 Neoliberalismo no Brasil: contexto educacional e trabalhista	21
4. Juventude e trabalho no contexto do Novo Ensino Médio no Distrito Federal....	23
4.1 O Novo Ensino Médio e suas características	23
4.2 A concepção de trabalho e educação no Novo Ensino Médio do DF	28
5. Novo Ensino Médio e os Itinerários Formativos do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio no Distrito Federal	32
5.1 Empreendedorismo	32
5.2 Formação Técnica Profissional	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

MEMORIAL

A trajetória escolar é um percurso presente na vida de todos, senão, da maioria das pessoas. Os momentos em que me recordo da minha trajetória é a partir da Educação Infantil, mais precisamente o Jardim III, quando comecei a estudar na escola pública, que era uma Escola Classe. A minha professora chamava-se Adriana, e lembro-me bem dela nos ensinando o bê-á-bá e tentando controlar toda a turma quando estávamos agitados. Estudei nesta escola do Jardim III, até a 4^o série do Ensino Fundamental, em 2008.

Durante todos esses anos que estudei lá, havia uma cerimônia que ocorria uma vez por semana, mais precisamente às sextas-feiras, todas as turmas se reuniam no pátio da escola para cantar o hino nacional. Duas crianças seguravam a bandeira do Brasil à frente, enquanto os outros alunos, alunas, professores e demais componentes do corpo escolar, ficavam enfileirados para a realização da cerimônia. Na mesma escola havia também uma grande mobilização para acolher alunos ou alunas que tinham algum desenvolvimento atípico, sempre haviam atividades voltadas para esse tema de inclusão, e a maioria dos projetos que envolviam todas as turmas da escola tinham sempre esse tema como proposta central. Isso nos faz perceber que esse era um dos valores agregados à essa instituição escolar, que buscava trabalhar essa pauta sempre, com alunos, pais e colaboradores do espaço escolar.

Ainda nesta fase, havia uma questão religiosa por trás da crença da escola, ainda que não fosse permitido. As cerimônias aconteciam, também, uma vez por semana e estavam pautadas na religião evangélica, ocorriam músicas e alguns ensinamentos, que não eram relatados para os pais e nem repassados para as crianças que ocorreriam com intuito religioso, mas sim de “edificação para o caráter” dos alunos. Ainda assim, existia um cunho religioso e por diversas vezes eu fui convidada a participar de eventos fora da escola, em igrejas, pois me disponibilizava a dançar músicas, influenciada pela professora. Atualmente vejo que foi um acontecimento indecoroso, uma vez que a escola pública deve ser laica e não pode influenciar e nem forçar os alunos a participar de cerimônias assim. A instituição escolar deveria repensar suas estruturas organizacionais, pois ainda que tenha autonomia para construir o seu projeto político pedagógico, precisa estar alinhada com

as políticas públicas da educação, bem como alinhada com as leis voltadas para educação.

Em 2009 mudei de escola para uma instituição particular. Estudei nesta escola somente por um ano por motivos financeiros, mas era uma escola excelente. O que mais gostava na organização escolar era o estímulo da participação dos estudantes, a gestão era muito aberta ao diálogo e à resolução de questões, sempre havia debates com os alunos e alunas com o objetivo de promover melhorias para as escolas. Essas ações partiam dos proprietários da escola, mas chegavam até nós por meio da coordenação que era extremamente organizada e atenciosa.

Em 2010 mudei novamente de escola e permaneci nela até 2012. Foi onde cursei da 6^o série até a 8^o série. Esta instituição também era pública, e assim como a primeira em que estudei, tinha o cerimonial da cantar o hino uma vez por semana no pátio da escola reunindo todas as turmas. Nesta escola não se fazia referência a nenhuma religião, mas havia uma disciplina chamada Parte Diversificada que tratava sobre questões religiosas e o professor abordava sobre todas as religiões, o que gerou conflitos com os pais dos alunos, uma vez que muitos entenderam que o professor estava influenciando os alunos e alunas a seguirem fielmente determinadas religiões, o que não era verdade. A partir desse episódio ocorreu uma mudança tanto comportamental quanto emocional no ensino-aprendizagem do professor que lecionava essa disciplina.

Findado o período escolar nesta instituição comecei meu percurso de aprendizagem no Ensino Médio, em uma outra escola que ficava muito distante da minha residência. Essa escola foi muito acolhedora durante o primeiro ano em que estudei lá, uma gestão totalmente democrática, aberta ao diálogo, aberta a mudanças e com olhar totalmente voltado para a autonomia dos alunos. No entanto, durante os três anos que estudei lá a liderança da escola, que era a coordenação, mudou. Nós, alunos, perdemos totalmente nossa autonomia e precisamos nos adaptar às novas mudanças, como por exemplo, não podíamos mais escolher o tema da Feira de Ciências, era, agora, uma função dos professores. Diante dessa situação alguns alunos e alunas se reuniram e por meio do grêmio estudantil fizemos um abaixo-assinado, que não culminou, pois a maioria dos alunos não sabia exatamente as diretrizes para obter sucesso neste tipo de burocracia.

Assim que me formei no Ensino Médio tinha como objetivo passar na UnB, no entanto ainda percorri um pequeno caminho de dois anos até conseguir passar no

vestibular. Estudei em um cursinho popular, sem fins lucrativos, que funcionava em uma universidade particular do DF, e que tinha uma gestão organizacional incrível. Os valores dessa instituição educacional estavam pautados em uma educação democrática, voltada para todos, e a visão estava pautada em expandir essa instituição de modo que se tornasse referência como curso gratuito para vestibulares no Brasil. Depois de alguns anos tive a oportunidade de ser orientada em uma disciplina da UnB por o gestor do cursinho, que era mestrando da professora Cátia da disciplina de Pesquisa e Educação.

Depois dessa fase, finalmente, consegui me tornar aluna da UnB no curso de Pedagogia. No início da trajetória fiquei bem receosa, pois seria a primeira graduação que eu iria cursar. A Universidade de Brasília recebeu os calouros do ano de 2018/2 muito calorosamente, teve uma palestra para os iniciantes na graduação, alguns brindes, e apresentação da reitora. A Faculdade de Educação, assim como a UnB geral, nos recebeu muito bem, os professores muito acolhedores e a coordenação e secretaria estavam sempre à disposição para tirar dúvidas ou auxiliar no que fosse necessário. Quando iniciei o percurso no Ensino Superior não tinha certeza de que queria seguir essa área da educação, mas a partir do segundo semestre do curso com o auxílio de estágios fora do ambiente escolar, consegui perceber que a atuação da Pedagogia não se limita à sala de aula.

Durante a trajetória na graduação realizei quatro estágios, que me fizeram crescer muito e enxergar a pedagogia com uma visão mais ampla. O primeiro foi em uma creche, fiquei muito decepcionada com as condições de trabalho e valorização dos profissionais da educação. O segundo foi em uma escola de Ensino Fundamental 1, onde consegui perceber o quanto a gestão escolar faz diferença no ambiente da escola, podendo tornar o trabalho de professor muito mais prazeroso. O terceiro foi fora do ambiente escolar, no Senado Federal, onde mais gostei, pois é uma educação voltada para formação continuada com adultos, onde podemos ver o desenvolvimento e engajamento da continuação nas formações de diferentes profissionais. O quarto e último estágio foi no Ministério da Agricultura, onde estou atualmente, também trabalhando com formação continuada, que descobri ser uma área da qual gosto muito.

Por volta do sexto semestre de curso na UnB, na disciplina de Orientação Vocacional consegui decidir o tema do Trabalho de Conclusão de curso, pois fiquei refletindo qual o sentido da educação e como ela nos direciona para o mercado de

trabalho. Tive a orientação da professora Caroline Bahniuk, que me acolheu num Projeto de Iniciação Científica, que depois culminou na monografia. Como estávamos em pandemia e as demais atividades, como o estágio, em trabalho remoto, consegui aproveitar para fazer muitas disciplinas do curso, já visando um concurso público no início de 2021. Realizei a prova do concurso e não fui aprovada e nesse momento me veio um sentimento de frustração muito grande, pois as condições financeiras não estavam muito favoráveis.

Continuando a jornada, mesmo após a reprovação no concurso, iniciei a produção do Trabalho de Conclusão de Curso. Em junho de 2022 descobri que estava grávida, foi um outro grande evento, que fez todos os meus planos mudarem, pois a maternidade tem dessas coisas. Agora, prestes a apresentar a monografia, me lembro com muito carinho de quando fui aprovada no vestibular, de todos os trabalhos que apresentei, de todas as amigas que fiz (que inclusive estiveram no chá de fraldas), de todos os professores que me acolheram, de todas as vezes que pisei na Faculdade de Educação ocupando um lugar pra poder chamar de meu. Saio do curso de pedagogia com a certeza de que me tornei uma pessoa melhor e de que posso tentar encarar o mercado de trabalho. A maternidade tem me feito bem, apesar das incertezas, mas poder concluir o curso me traz a paz de dever cumprido.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito analisar as mudanças trazidas para a formação da juventude com a aprovação do Novo Ensino Médio, no Distrito Federal. Essa etapa da Educação Básica tem uma relação mais estreita com o mercado de trabalho ou com a entrada no Ensino Superior. A nova proposta do Ensino Médio, de acordo com a lei nº 13.415/2017, flexibiliza o ensino e marca diferentes trajetórias para a conclusão da Educação Básica.

No cenário atual do capitalismo, o neoliberalismo vem ganhando espaço mundialmente e também no Brasil, nas últimas décadas. O neoliberalismo é uma política econômica que tem como proposta a primazia da liberdade de mercado, no qual o Estado interfere prioritariamente na proteção e segurança da propriedade privadas. No âmbito da educação, a partir da política neoliberal, as escolas e a educação como um todo vem sendo tratada como mercadoria e não como um direito afirmado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Desde a década de 1990, muitas das políticas educacionais estão alinhadas com essa doutrina neoliberal e a adaptação e alinhamento da formação com o mercado de trabalho, como por exemplo o Novo Ensino Médio.

A recente reforma do Ensino Médio no Brasil, tem como suas principais mudanças: a carga horária e na organização curricular (ou seja, nas disciplinas e diferentes percursos a serem cumpridos para a formação dos estudantes. A carga horária precisa ser cumprida de maneira que somadas sejam iguais a 3.000 horas, nos cinco primeiros anos da reforma, pretendendo chegar a 4.200 horas. O currículo se estrutura a partir de uma Formação Geral Básica, que são as disciplinas já existentes no Ensino Médio, somados a um Itinerários Formativos, ao total de cinco: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional, cursados a depender da escolha dos estudantes e disponibilidade dos mesmos nas escolas.

Nessa direção, a pesquisa teve como questionamento central: Qual é a concepção de Trabalho e Educação norteadoras do Novo Ensino Médio, em particular, da proposta desenvolvida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal? A partir

desse questionamento investigamos, em especial, o itinerário formativo da formação técnica profissional presente no Novo Ensino Médio.

O objetivo central voltou-se a compreender a concepção de Trabalho e Educação presente nas formulações do Novo Ensino Médio do Distrito Federal, cotejando-as com as políticas nacionais e com os documentos e ações da rede pública de ensino do Distrito Federal. Para tanto realizamos uma pesquisa documental, nos documentos nacionais e do GDF de 2016 a 2022, selecionamos um conjunto de 11 documentos, dentre eles documentos nacionais, da Câmara Legislativa, do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, e documentos do Distrito Federal referentes ao Novo Ensino Médio. A listagem dos documentos encontra-se organizada no decorrer deste trabalho. Dentre os documentos, selecionamos o “Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio” (2021) do Governo do Distrito Federal (GDF) para uma análise mais pormenorizada, relacionando com os demais e com outras informações, como, por exemplo editais para os cursos do itinerário técnico profissional.

Para tanto, buscamos fazer uma leitura do contexto do documento, comparando e problematizando-o com a revisão bibliográfica realizada sobre Trabalho e Ensino Médio, em especial Saviani (2007); Kuenzer (2017), que trabalha as relações de acumulação flexível do mundo do trabalho; Abílio (2019); Antunes (2020), que tratam das mudanças do mundo do trabalho atuais no contexto da inserção intensa de tecnologias e automação; Ghiraldelli (2014), que discorre sobre o neoliberalismo e a educação no governo de Fernando Henrique Cardoso; Catini (2020), que mostra a influência de empresas privadas na educação pública, agindo de forma assistencialista e não como um direito constitucional estabelecido.

Nessa direção organizamos essa monografia em três capítulos. No primeiro refletimos sobre educação e trabalho e a maneira como estas duas dimensões estão interligadas, de modo que uma é dependente da outra. Na segunda parte discorreremos sobre o Novo Ensino Médio que ocorreu devido a Reforma do Ensino Médio que foi uma Medida Provisória aprovada pelo governo de Michel Temer, em 2017. O último capítulo mostrou como os itinerários empreendedorismo e Formação Técnica Profissional estão incluídos no currículo escolar de maneira que atendem às necessidades do mercado de trabalho capitalista, uma vez que não entram em conformidade com as propostas do conhecimento crítico escolar, mas sim em acompanhar o modelo neoliberal do mercado de trabalho.

3. A relação entre Educação e Trabalho: história e atualidade

3.1 Educação e Trabalho: conceituação e aspectos históricos

Trabalho e educação são duas dimensões que estão intrinsecamente interligadas e são inseparáveis. Quando nos reportamos ao termo “trabalho” podemos estar nos referindo a vários significados. Entretanto, ao buscar compreendê-lo como uma categoria central para explicação da sociedade e da humanidade, o trabalho, como reafirma Saviani (2007), possui uma dupla dimensão: ontológica e histórica. A dimensão ontológica do trabalho refere-se ao: “O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho.” (IDEM, p 154).

O que diferencia o ser humano dos animais é o trabalho que produz a sua racionalidade, suas capacidades mentais e sua consciência. O trabalho está ligado ontologicamente ao ser humano, o que quer dizer que está enraizado na essência do ser, pois desde a antiguidade a humanidade já trabalha em busca de melhorias para si e para a sociedade.

O processo histórico de como surgiu o trabalho e sua relação com a educação pode ser pensado desde a origem do ser humano, com o chamado comunismo primitivo. Ainda antes da existência da escrita, já existiam modos de trabalho, porém eles tinham como objetivo a subsistência do ser humano, ainda não havia uma relação de trocas ou mercadorias. No entanto, havia um processo de aprendizagem, no ato de trabalhar, um processo cultural de ensino informal. A educação estava pautada nas relações sociais, sem um espaço concreto destinado exclusivamente para tal, ou seja, destinado para a educação formal. Aprendia-se e continuamos aprendendo sobre trabalho por meio da nossa cultura, em nosso grupo microssocial (mais próximo, pai, mãe, família, amigos). Ocorre aí uma difusão das formas de trabalho e da vida social, onde o aprender ocorre de maneira simultânea aos modos de produção. De acordo com Saviani (2007), a produção do homem é ao mesmo tempo a formação do homem, isto é, um processo educativo. Na comunidade primitiva tudo que o homem produzia estava conectado com o processo de ensino-aprendizagem, e era repassado às futuras gerações.

A Antiguidade Clássica é o período da história que vem após o comunismo primitivo, iniciando-se com a apropriação privada das terras. De acordo com Saviani (2007), tanto a Antiguidade Grega como a Romana estavam subdivididas em aristocracia de um lado e escravos de outro. Daí o modo de produção é caracterizado como escravista, no qual o trabalho é realizado predominantemente pelos escravos. Nesta época já existia, então, a divisão das classes sociais e a exploração de trabalho, sendo as propriedades ou terras cultiváveis centralizadas e monopolizadas pela aristocracia. A educação, ainda de acordo com Saviani (2007), estava pautada sob a divisão de uma educação voltada para escravos e outra voltada para a classe proprietária. A princípio a educação na Antiguidade voltada para a classe dominante estava consolidada no ensino da oratória, no exercício físico-militar e preparação para a vida política. Desenvolve-se nesta época o espaço escolar, mas apenas para os que tinham tempo livre e não precisavam trabalhar. Para a maioria da população escrava o processo de trabalho ocorria de forma simultânea ao aprendizado, ou seja, ao mesmo tempo em que se estava trabalhando também ocorria o processo de ensino-aprendizagem.

Após a Antiguidade inicia-se o feudalismo, que será forte e socialmente marcado pelos princípios da Igreja Católica e a constituição do comércio. Neste momento da história a produção tinha majoritariamente o objetivo de atender a necessidade da produção para a subsistência dos feudos, e apenas aquilo que restava era colocado para a troca.

Nesta, dominava a economia de subsistência. Produzia-se para atender às necessidades de consumo, e só residualmente, na medida em que a produção excedesse em certo grau as necessidades de consumo, poderia ocorrer algum tipo de troca. Mas o avanço das forças produtivas, ainda sob as relações feudais, intensificou o desenvolvimento da economia medieval, provocando a geração sistemática de excedentes e ativando o comércio. (SAVIANI, 2007, p. 158).

Nesta fase quem detinha mais poder fazia com que aqueles que fossem destituídos de poder trabalhassem para garantir o sustento da classe dominante. As classes sociais estavam divididas nos senhores feudais e nos vassallos, que prestavam serviços aos senhores feudais em troca de mantimentos. Os escravos não deixam de existir, mas agora eram considerados uma parcela marginal da sociedade, pois a Igreja Católica, naquele período, condenava a escravidão.

No século XI, com o surgimento da nova classe social denominada burguesia, o período feudal foi sendo progressivamente desconstituído com a ampliação da comercialização de mercadorias. Entre o fim do sistema político feudal e início do sistema político capitalista existiu o mercantilismo, que foi caracterizado pela ascensão da classe burguesa e intensificação das práticas comerciais, a colonização de novos mundos e a expansão ultramarina (SHIVUGON NETO, 2015). A prática do mercantilismo estava baseada em acúmulo de metais preciosos e o comércio com o mercado exterior, a acumulação se dava principalmente por essas trocas e pela exploração das colônias.

De acordo com Saviani (2007), a relação trabalho-educação mudou a partir do surgimento do modo de produção capitalista, que deu lugar à produção de excedentes num sistema intenso de trocas de mercadorias.

Com o avanço do conhecimento científico e das tecnologias, em meados do século XV ocorre a Revolução Industrial. De acordo com Oliveira (2015), ocorreu primeiramente na Inglaterra e revelou uma intensidade nos poderes de produção econômica, até então inéditos. A Revolução Industrial é um marco para o desenvolvimento do capitalismo, iniciou-se no ano de 1760 e fez com que a produção excedesse o que estava previsto para incentivar a compra e venda de produtos. Nesta fase há um marco histórico que é a substituição da manufatura pela maquinofatura, os trabalhadores passam de artesãos a operários, havendo uma mudança nos modos de trabalho. Antes predominava o trabalho artesanal para a produção das mercadorias, e neste momento o trabalho passa também a ser realizado com o manuseio de máquinas.

O trabalho mantém sua forma alienante, característica da sociedade dividida em classes sociais, na sociedade capitalista isso ocorre por meio da exploração e do trabalho assalariado. Nessas condições, os trabalhadores produtores da riqueza social não usufruem do que produzem, a qual fica centralizada na mão de poucos, da classe dominante. De acordo com Frigotto (2010), desgraçadamente o trabalho, criador de valor de uso, imprescindível à reprodução da vida, não tem sido assumido por todos. A história humana, infelizmente, até hoje, reitera a exploração de seres humanos por seres humanos e de classes sobre classes.

Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, em que os currículos estivessem em conformidade com as exigências da indústria (SAVIANI, 2007). A escola, de uma

posição marginal, foi sendo gradativamente colocada como central para os trabalhadores que até então não tinham acesso à educação formal. O trabalho na mediação das novas máquinas coloca em exigência uma nova formação que agora passa a ser além da formação específica, sendo necessária uma formação geral, que não se restrinja apenas ao aprendizado manual, mas também ao intelectual. No Brasil, com a chegada dos portugueses no ano de 1500, a nível mundial, a burguesia e o comércio estavam se expandindo amplamente e o desenvolvimento do modo de produção capitalista se aproximava. Com esse cenário, enquanto colônia, o Brasil foi palco da exploração da mão de obra escrava.

Logo no início da colonização brasileira, os povos indígenas foram os primeiros a serem explorados para exercer o trabalho escravo, depois de um tempo, os povos africanos foram trazidos em grande número ao Brasil e se tornaram os trabalhadores predominantes no período. Os escravos não possuíam nenhum direito, e eram vistos como “coisas”, mercadorias, e não como pessoas. Não havia oportunidade de ensino-aprendizagem escolarizada para os escravos, apenas a classe dominante frequentava a escola. Por este motivo, o ensino-aprendizagem dos escravos se dava por meio das suas relações sociais, no entanto já havia um direcionamento para educação do escravo, que deveria aprender como trabalhar e manter sua condição escrava. (FONSCECA, 2002). Esta forma de “aprender a aceitar” sua condição, estava restrita ao fato de que precisavam conviver todo o tempo sob a supervisão de seus senhores, e quando desobedeciam a alguma ordem eram tratados com violência. Por isso, a educação, em um sentido não escolarizado, voltava-se para a compreensão de que o papel de escravo era ser propriedade e obedecer aos desmandos da classe dominante. No entanto, essa aceitação não se deu sem lutas, houveram variadas formas de resistência dos povos escravos que visavam a liberdade.

O comércio de escravos no Brasil foi justamente uma das soluções encontradas para arcar com o déficit monetário da metrópole Portugal, cujo um dos países colonizados era o Brasil. A política colonial portuguesa tinha como objetivo a conquista do capital necessário para sua passagem da etapa mercantil para a industrial capitalista (SECO; AMARAL 2016).

No que se diz respeito à educação, estava fundamentada no Projeto Educacional Jesuítico, o que quer dizer um ensino voltado para catequização, predominante até o ano de 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de

Pombal. Com a expulsão dos Jesuítas, surgiu então uma educação baseada na Reforma Pombalina, que foi um período de coexistência entre as vertentes religiosa e laica da pedagogia tradicional. A Reforma Pombalina estava baseada em ideais iluministas que resultaram no desenvolvimento de ideias liberais, desenvolvendo uma escola mais utilitária e atrelada ao Estado, em substituição a escola ligada aos interesses da igreja. (SAVIANI, 2021).

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, iniciou-se o período imperial no país e a concepção presente na Reforma Pombalina. D. João VI, o então atual rei de Portugal e conseqüentemente da colônia, que era o Brasil, instituiu algumas mudanças na educação, no âmbito cultural, e nos modos de trabalho da sociedade colonial. Foram instaladas algumas indústrias, maquinarias foram importadas. O objetivo de D. João IV, era implementar um sistema único de instrução no Brasil (Shigunov, 2015, p. 70). Além disso, havia a intenção da criação de instituições superiores, a fim de que houvesse mão de obra qualificada para exercício do serviço público, bem como a vinculação do ensino secundário ao ensino profissionalizante, oferecendo mão de obra qualificada para o trabalho industrial que estava ampliando-se. No entanto, pouco se desenvolveu essas intenções e a educação seguia restrita a poucos.

Com a Proclamação da República, em 1888, há uma tensão sobre a percepção de centralidade do Estado enquanto protagonista do desenvolvimento da sociedade e sua recusa em aceitar seu protagonismo. Com essa tensão não se concretiza a ideia de um sistema único de educação, apesar de algumas reformas educacionais terem sido realizadas para atender demandas do capitalismo vigente no período, o que permeia ainda mais ideias liberalistas, onde o Estado não estivesse centralizado (SAVIANI, 2021, p. 168).

Na década de 1930 ocorre a industrialização no Brasil, centrado até então numa economia voltada exclusivamente para o setor agrícola. O trabalho industrial, a partir daí, esteve marcado pelo fordismo, havendo por conta disso forte controle das vidas íntimas dos operários, para que estes não se rebelassem contra o sistema imposto (SAVIANI, 2021, p. 190). Neste período, o presidente do Brasil era Getúlio Vargas, o qual estimulou o processo industrialização.

No campo educacional, havia, nesse contexto, uma forte presença do ideário da Escola Nova, presente no Manifesto dos Pioneiros, aprovado em 1932 que

apresentava como questão central a educação pública gratuita e única, que não fizesse distinção entre filhos de trabalhadores e burgueses (SHIGUNOV,2015).

A necessidade de industrialização no Brasil trouxe mudanças significativas no âmbito da educação, em especial destaca-se àqueles referentes à educação profissional. Gustavo Capanema, Ministro da Educação nomeado por Getúlio Vargas, fez algumas reformas educacionais em 1942, dentre elas a criação de oito decretos-leis, dos quais criou o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e as Leis Orgânicas dos ensinos: industrial; secundário, comercial, primário, normal e o agrícola. O ensino primário tinha duração de quatro e/ou cinco anos e o ensino médio era organizado em dois ciclos: ginasial, em quatro anos e o colegial, em três anos, dividida em secundário (formação geral) e o técnico- profissional que abarcava o ensino industrial, comercial, agrícola e normal. Essas reformas tinham caráter dualista, visando a separação entre os ensinos destinados às elites secundárias de formação geral, e o ensino destinado às massas, pois para as classes proletárias a carreira de nível superior estava muito longe de ser conquistada (SAVIANI, 2021). Nota-se que apesar do objetivo da criação de um sistema único de educação desde o período Imperial no Brasil, isso nunca se efetivou, ainda há uma bifurcação nos modelos de aprendizagem, segregando as classes sociais, com o objetivo de manter a classe dominante no topo da pirâmide social.

Em 1964 ocorreu um Golpe Militar no país, e com isso intercorre o crescimento do nacionalismo, estimulando a abertura de indústrias nacionais, ocorrendo a ampliação de empresas e necessidade de força de trabalho nessas áreas. A pedagogia tecnicista expande-se, com o objetivo de vincular o Ensino Médio a cursos de formação profissionalizantes, de forma compulsória, ou seja, a todos, por meio da Lei nº 5692/71. No entanto, ela não se realizou de fato, pois a classe dominante manteve seus cursos de nível médio sem a profissionalização e para o conjunto dos trabalhadores que chegavam a esse nível de ensino era destinado um ensino precário. Ou seja, eram oferecidos cursos profissionalizantes para classes menos abastadas, tornando o ensino universitário restrito para estudantes das classes dominantes. Nesta época ainda havia discrepância entre o ensino público e privado, assim como ocorreu em meados de 1942 com a criação dos decretos-leis a respeito do ensino profissionalizante, a educação continuava segregada, buscando a perpetuação da formação de trabalhadores para a indústria.

A partir de 1960 com a teoria do capital humano, e, posteriormente, nos anos de 1980 com a proliferação das ideias neoliberais, no Brasil, de forma mais incisiva a partir da década de 1990, a educação teve um importante fator crescente (SHIGUNOV, 2015). De acordo com Andrade (2010), a Teoria do Capital Humano resulta de investimentos destinados à formação educacional e profissional do indivíduo. Essa concepção assenta-se na ideia falsa de que mais investimento em educação necessariamente geraria mais desenvolvimento.

Com a chegada do neoliberalismo a organização, tanto de trabalho como de educação, se modificou, tendo como princípios a livre concorrência do mercado e a não intervenção do Estado, defendendo privatizações e retirada nos direitos trabalhistas. Na educação, as escolas e o ensino mantêm-se como aparelho ideológico do estado, adaptando os currículos às tendências neoliberais, agora pautadas no empreendedorismo, nas parcerias público – privadas, e com ênfase no ensino técnico profissionalizante de caráter reduzido e precário.

3.2 Neoliberalismo no Brasil: contexto educacional e trabalhista

Desde 1980 o neoliberalismo econômico e político vinha ganhando espaço no Brasil, buscando introduzir suas ideias no país como a não intervenção do Estado no mercado, a autorregulação mercantil, privatizações das empresas estatais, retirada de direitos trabalhistas, entre outras ideias. Nesse contexto, de taxas altas de desemprego, há um aprofundamento do individualismo e competição entre os trabalhadores, e outras diversas mudanças organizacionais nos ambientes de trabalho, características que seriam a base para direcionar a economia capitalista que estava pautada na produção e consumo de bens.

O neoliberalismo expandiu-se com maior força no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a partir da implantação do Plano Real que tinha como objetivo conter a crise inflacionária que assolava o país durante anos. Na proposta educacional o governo de FHC, restringiu-se a fazer diagnósticos estatísticos e metas quantitativas, que não vieram acompanhadas de criatividade pedagógica e propostas de política educacional (GHIARDELLI, 2009). Ainda de acordo com Ghiardelli (2009), a proposta pedagógica para o Ensino Médio deste governo era a

implantação, prioritariamente, de um ensino técnico de formação precária e restrita. O que estava de acordo com recomendações internacionais do Banco Mundial.

As políticas neoliberais foram sendo cada vez mais consolidadas no Brasil, e por isso o plano para a educação também estava voltado para a formação de força de trabalho para o mercado, o que muitas vezes reduzia a escolha dos alunos entre continuar a formação educacional ingressando na universidade ou optar pelo ingresso no mercado de trabalho ao finalizar a Educação Básica. Ocorre que, a depender da renda salarial do aluno essa escolha não se tornava mais uma opção e sim uma necessidade, pois as políticas neoliberais e capitalistas exigem, para sobrevivência, que se tenha alguma fonte de renda, e muitas vezes essa fonte de renda precisava ser aumentada para acompanhar a inflação que vinha assolando o país.

No âmbito trabalhista ocorreu o que Antunes (2014) vai conceituar como reestruturação produtiva, que foram mudanças com aspectos neoliberais nos ambientes de trabalho, no Brasil a partir do governo de FHC, essas transformações se desenvolveram amplamente. No entanto, esse processo diz respeito a uma acumulação produtiva de alcance internacional, que seguia as ideias neoliberais advindas da inicialmente dos países do capitalismo central. A ideia era que houvesse flexibilização do trabalho e legislações trabalhistas que respondessem a esse contexto, os programas de qualidade total, a introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade, são exemplos de implementação dessas transformações no mundo do trabalho. (ANTUNES, 2014).

Atualmente pauta-se as tendências trabalhistas baseadas em trabalhos informais, sem que haja direitos trabalhistas, pois a ideia de empreendedorismo vem alastrando-se com objetivo de autogerenciamento subordinado dos trabalhadores (Abílio 2019; Antunes, 2020). Essas tendências têm levado os modelos de trabalho cada vez mais a aspectos precários de empregabilidade, fazendo com que a política neoliberal interfira na educação a fim de projetar seus anseios nos currículos escolares, buscando fortalecer o modelo econômico capitalista.

4. Juventude e trabalho no contexto do Novo Ensino Médio no Distrito Federal

4.1 O Novo Ensino Médio e suas características

A Reforma do Ensino Médio foi instituída a partir da medida provisória nº 746/2016, realizada no governo de Michel Temer (2016- 2018), o qual assumiu o mandato devido à ocorrência do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). A medida provisória é uma normativa utilizada para instituir situações de relevância e emergência, de caráter autoritário, pois não corre o trâmite de discussão na Câmara Legislativa e já tem força de lei assim que publicada, porém precisa ser votada em no máximo de 60 dias, prorrogável por igual período pelo legislativo. Houveram muitas críticas à medida provisória tanto pela forma de realização de uma mudança estrutural no ensino sem envolver educadores e estudantes nas decisões quanto sobre o conteúdo da proposta em si.

De acordo com a Medida Provisória nº 746/2016, a necessidade de uma reforma no Ensino Médio se dá por conta da alta evasão escolar, falta de flexibilização no currículo, baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). As principais mudanças instituídas por ela foram a ampliação da carga horária escolar para o Ensino Médio, a flexibilização do currículo e a criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Novo Ensino Médio.

Em 2017 a medida foi transformada na Lei nº 13.415/2017. Esta lei altera artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída em 1996, principalmente em relação à etapa final da Educação Básica – o Ensino Médio. As alterações visam propor uma formação baseada em competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, para essa etapa do ensino, que foi homologada em 2018. Nesse mesmo ano foram reformuladas ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Novo Ensino Médio, documento de caráter obrigatório que visa nortear a flexibilização do currículo do NEM. Este documento frisa a educação como formação integral do estudante, bem como a possibilidade de sua formação por competências e habilidades para o mundo

do trabalho, norteando como deverá ser ofertada a Educação Técnica Profissional, se escolhida para compor o currículo do estudante.

O Novo Ensino Médio ficou estruturado em dois momentos para que ocorra a formação dos estudantes: a Formação Geral Básica (FGB), e os Itinerários Formativos (IF's). A Formação Geral Básica refere-se à formação geral da BNCC e está dividida em áreas de conhecimento e disciplinas anteriormente existentes. De acordo com a Lei nº 13.415/2017 somente Língua Portuguesa e Matemática são disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, e as disciplinas: Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia, excluídas inicialmente na medida provisória, retornam na lei como estudos e práticas, ou seja, não possuindo o mesmo lugar/ status de disciplina.

Os Itinerários Formativos, por sua vez, são um conjunto de formação flexível, a qual os jovens poderão escolher dependendo da oferta de cada unidade escolar, que terá que oferecer no mínimo dois itinerários conforme a legislação, sendo que estes estão interligados à Formação Geral Básica. São cinco os itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional.

A carga horária do Novo Ensino Médio foi alterada para 3.000 horas nos cinco primeiros anos da reforma, pretendendo chegar a 4.200 horas. Destas horas, no máximo apenas 1.800 horas poderão ser destinadas para a Formação Geral, enquanto no mínimo 1.200 foram para os Itinerários Formativos. Isso faz com que a formação escolar tenha um caráter genérico, uma vez que antes 2.400 horas eram voltadas totalmente para disciplinas do Ensino Médio que agora são consideradas Formação Geral Básica. O mesmo ocorre com o itinerário de formação técnica profissional, que pode ser realizado em curto período de tempo, por cursos com certificações de qualificação profissional e não certificação técnica, sendo muitas vezes realizados por meio de parcerias em outras instituições, destoantes do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, voltada para uma formação técnica restrita.

De acordo com Kuenzer (2017), a aprendizagem flexível é uma das características do Novo Ensino Médio, uma vez que a proposta é a substituição de uma formação mais especializada por uma formação superficial. Isto acarreta em trabalhadores que precisam acompanhar o ritmo do mercado de trabalho capitalista, para se adaptarem aos modos de trabalho exigidos. A aprendizagem flexível, de acordo com Kuenzer (2017), ora inclui, ora exclui trabalhadores, pois há uma

subcontratação de trabalho, apenas para suprir a demanda existente temporária alinhada às qualificações flexíveis dos trabalhadores. Portanto, segundo a autora, a adaptabilidade às mudanças do mundo do trabalho é mais importante que a qualificação, a “competência para a resolução de problemas”, descrita na Base Nacional Comum Curricular (2018), demonstra um dos exemplos de aprendizagem flexível.

O Novo Ensino Médio possui diversos documentos norteadores para direcionar o trabalho pedagógico na escola e em todos os documentos mostra-se a importância do desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes, bem como desenvolver a qualidade da educação, qualidade esta medida principalmente por índices nas avaliações de larga escala. De acordo com Dourado, Oliveira e Santos (2007), essa avaliação é insuficiente pois a qualidade da educação envolve considerar os atores pedagógicos e ir além de insumos indicativos, considerando a perspectiva histórica presente, o currículo e os processos de ensino-aprendizagem. É importante considerar questões subjetivas e objetivas no que se diz respeito à qualidade da educação, e de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, no Art. 205º referente à educação, esta deve proporcionar uma formação integral, para além do desenvolvimento cognitivo. Portanto, ao analisar os documentos referentes ao novo Ensino Médio percebemos uma dicotomia entre o processo de formação integral do ser humano e a importância em desenvolver habilidades e competências técnicas.

Abaixo indicamos a síntese dos documentos levantados na pesquisa. O primeiro quadro refere-se aos documentos nacionais, um total de sete documentos que norteiam o Novo Ensino Médio, sendo eles normativas, portarias e a Medida Provisória que aprovou a Reforma do Ensino Médio. O segundo quadro refere-se a documentos do Distrito Federal, contendo quatro documentos norteadores distritais, sendo eles portarias, o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio e o Plano Distrital de Implementação do Novo Ensino Médio do DF.

Quadro 1: Documentos Nacionais referentes ao Novo Ensino Médio

Documento	O que é?	Órgão Responsável	Ano de Homologação
	Institui a Reforma do Ensino Médio de forma imediata em 2016. Foi rejeitada por 73.554	Presidência da República	2016

Medida Provisória nº 746	participantes da pesquisa pública realizada no site do Congresso Nacional.		
Lei nº 13.415/2017 Reforma do Ensino Médio	Altera artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (Lei 9.394/1996). Os novos artigos estão baseados na BNCC, sempre fazendo referência à importância do desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes.	Presidência da República	2017
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Documento que baseia o currículo escolar nacional, atrelado às avaliações de larga escala, focando no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos, retrocedendo a concepção curricular vigente de 1990 nas políticas educacionais do Brasil.	Ministério da Educação	2018
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Novo Ensino Médio (DCNEM)	São diretrizes que norteiam o currículo para o Novo Ensino Médio, conceituando os novos termos existentes. Há um detalhamento para o Itinerário Formativo da Formação Técnica Profissional, que assim como a BNCC foca nas competências e habilidades e inserções no mercado de trabalho.	Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação	2018
Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem) – Portaria Nº 649/2018	Busca apoiar e monitorar o desenvolvimento as subsecretárias dos Estados e Distrito Federal com reação ao NEM, oferecendo assistência financeira, técnica e de formação continuada. Não há atualizações no site do Ministério da Educação relacionadas ao monitoramento deste programa de apoio.	Ministério da Educação	2018
Portaria nº 1432/2018 - Itinerários Formativos	É uma publicação referência para elaboração dos Itinerários Formativos. Sugere-se a organização dos mesmos em quatro eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos, mediação e	Ministério da Educação	2018

	intervenção sociocultural e empreendedorismo.		
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica	Direciona o currículo e funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica do Novo Ensino Médio, no entanto fragmenta a carga horária, barateia os custos da educação profissional e a coloca como condição de mercadoria, uma vez que ocorre sua privatização com parcerias público-privadas.	Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação	2021

Fonte: Produzida pela autora, 2022.

Quadro 2: Documentos referentes ao Novo Ensino Médio no Distrito Federal - DF

Documento	O que é?	Órgão Responsável	Ano de Homologação
Portaria nº 21/2020 SEEDF	Autoriza a implementação de escolas piloto para a Implementação do Novo Ensino Médio no DF. No entanto este ano foi quando teve início a pandemia no COVID-19, e mudanças no processo de ensino-aprendizagem precisaram ocorrer, como a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação para a realização das aulas.	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	2020
Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio – DF	Situa a construção do currículo nas Unidades Escolares do Distrito Federal. Enfatiza a importância da Educação Técnica Profissional, faz comparações de sua efetividade comparando-a com países desenvolvidos. Menciona outras possibilidades de formação, como ensino superior, ingresso em concursos públicos, no entanto não exemplifica como	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	2020

	ocorre com a Educação Técnica Profissional.		
Plano de Implementação do Novo Ensino Médio do Distrito Federal	O plano traz dados sobre o Novo Ensino Médio no GDF, apresenta em linhas gerais a proposta do NEM e destaca a Formação Técnico Profissional incluindo entidades parceiras tais como: SEBRAE, SENAC, SENAI (Sistema S). Organiza indicadores para acompanhamento da implementação, bem como apresenta a projeção de construções de materiais didáticos e legislações.	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	2021
Avaliação das aprendizagens Novo Ensino Médio Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	Documento que norteia como deverá ocorrer a avaliação das aprendizagens no Novo Ensino Médio. Não coloca necessariamente a Unidade Escolar como avaliadora da Formação Técnico Profissional, já que podem ser instituições de ensino divergentes de aprendizagem do aluno. Na recuperação para Formação Técnico Profissional, em caso de reprovação, pode-se ofertar novamente o módulo de maneira não-presencial.	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	2022

Fonte: Produzida pela autora, 2022.

4.2 A concepção de trabalho e educação no Novo Ensino Médio do DF

No Distrito Federal, além dos documentos nacionais norteadores para o Novo Ensino Médio, o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio foi reformulado após a aprovação da reforma e publicado em nova versão em 2020. O documento é baseado nas teorias críticas e pós-críticas do currículo. Este documento possui eixos norteadores e aspectos singulares da educação no Distrito Federal, porém muitas

questões advêm das orientações nacionais: BNCC (2018), Diretrizes do NEM (2018), portaria sobre os itinerários formativos (2018).

O Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio foi homologado em 2020, é composto por duzentos e uma páginas e está dividido em seis capítulos que estruturam a proposta de educação para o Novo Ensino Médio no DF. Ele tem como eixos transversais, ou seja, como integração de questões socioculturais, políticas e históricas que permeiam o processo de ensino-aprendizagem: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade. Além disso, no DF a carga horária do NEM está estruturada em 1.700 horas de ensino voltados para a Formação Geral Básica (FGB), e 1.300 voltadas para os Itinerários Formativos (IF'S)

Há disciplinas obrigatórias que devem ser cursadas durante todos os anos do NEM no DF, que são: Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa, acrescidas da Língua Espanhola, definição específica do DF. No capítulo seis há uma apresentação dos Itinerários Formativos e como eles devem ocorrer no DF. Os Itinerários Formativos são organizados por meio Trilhas de Aprendizagem, unidades curriculares ofertadas pela escola que perpassam os eixos estruturantes da investigação científica, dos processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo, todas ligadas às cinco disciplinas da Formação Geral Básica.

Na Formação Técnica Profissional a formação dar-se-á por meio de escolas da rede de ensino técnico do GDF, como também por meio de parcerias público-privadas, como por exemplo o Sistema S, e no caso do DF as instituições que ofertam os cursos técnico profissionais são o Sesi (Serviço Social da Indústria), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Para tal, abre-se um edital com as ofertas do curso e os alunos interessados devem se inscrever para realizar esse Itinerário Formativo. No último edital referente ao segundo semestre de 2022 os cursos ofertados foram: Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Secretariado, Técnico em Confeitaria e Técnico em Gastronomia. Os cursos foram oferecidos pelo Senac e Escola de Sabores Oscar ESO. As vagas são preenchidas de acordo com um edital disponibilizado para os alunos que estão matriculados no Ensino Médio e são limitadas aos alunos selecionados por meio de sorteio, o que pode acarretar em uma mudança inesperada do percurso escolhido pelo estudante.

As mudanças ocorridas no Currículo em Movimento do Distrito Federal estão em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular, que propõe um ensino voltado para o desenvolvimento das habilidades e competências. As competências voltam a ser definidas com o mesmo discurso de 1990, quando a proposta para o ensino médio era uma educação voltada para o desenvolvimento de competências com a proximidade de competição e competitividade (SILVA, 2018). Um dos eixos estruturantes na BNCC, que também está presente no Currículo em Movimento do Distrito Federal, é o empreendedorismo. Este eixo está pautado no desenvolvimento da criatividade com objetivo de gerar renda. Para o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), “o empreendedor seria um realizador que coloca em prática novas ideias, por meio da criatividade”. O empreendedorismo na proposta do Novo Ensino Médio propõe a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º).

As competências estão ligadas ao caráter instrumental e pragmático do conhecimento e ao mundo do trabalho no contexto da acumulação flexível, portanto há um discurso mercadológico por trás do desenvolvimento das competências e habilidades, para que estejam em conformidade com as exigências do mundo do trabalho. Todo o discurso de empreendedorismo atrelado ao desenvolvimento das habilidades e competências está ligado também à Formação Técnica Profissional, uma vez que a proposta de aprendizagem deste Itinerário Formativo são, em sua maioria, cursos de qualificação profissional de rápida duração em parcerias com empresas público-privadas, que são aparelhos hegemônicos do Estado (MARTINS; CASTRO, 2021).

O Novo Ensino Médio em seus documentos, permite que o aluno, por meio do Projeto de Vida, possa trilhar o percurso que melhor lhe couber, no entanto isto não depende apenas da vontade manifestada pelo estudante, pois outros fatores podem influenciar nesta escolha, como a estrutura escolar, as ofertas do Itinerário Formativo de Formação Técnico Profissional, o alinhamento entre o Projeto Político Pedagógico da escola e o ensino técnico profissional, o engajamento escolar no foco para o ENEM (que será revisto e orientado pelos itinerários a partir de 2024) e vestibulares.

Portanto, o Novo Ensino Médio, apesar de suas diretrizes para ofertar melhores padrões de qualidade para a educação, não pode ater-se à uma educação alienadora, que apenas mantém os padrões hegemônicos, mas precisa estar pautado

em uma educação crítica-social. Além disso o trabalho, ontologicamente existente desde do surgimento do homem, precisa estar alinhado com as vertentes educacionais, é necessário a elaboração de um currículo escolar pautado nos modos de trabalhos, modos estes que precisam ser pensados de maneira crítica, alinhados ao conhecimento, pois só assim é que se constroem tanto direitos trabalhistas, para evitar a precarização do trabalho, quanto direitos por uma educação de qualidade.

5. Novo Ensino Médio e os Itinerários Formativos do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio no Distrito Federal

5.1 Empreendedorismo

Presente nos Itinerários Formativos, o empreendedorismo é um dos eixos estruturantes presente no Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal. Dentre os conceitos de empreendedorismo, Barros e Pereira (2008) o definem como a exaltação por governos, entidades de classe e organizações como a principal base para o crescimento econômico e para a geração de emprego e renda na atualidade. Já um dos primeiros economistas franceses, define o empreendedor como aquele que possui capacidade de transferir recursos de um setor para o outro garantindo mais produtividade e maior rendimento (Say, 1986). Segundo Dornelas (2014), outros aspectos estão presentes na ideia de empreendedorismo, os quais: a iniciativa para criar um novo negócio, os recursos disponíveis e o risco e possibilidade de fracassos.

No contexto neoliberal a individualidade, a meritocracia e o sucesso são incentivados no mundo do trabalho, uma vez que vem ocorrendo a desregulamentação de leis trabalhistas e a ampliação de trabalhos informais mediados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Com a instituição do modelo Toyotista, a partir da década de 1980, há um processo intenso de flexibilização de trabalho e ampliação de terceirização. Isso surge como consequência o desemprego e a precarização do trabalho, que dão lugar a uma nova morfologia do trabalho, em que prepondera a informalidade do trabalho. De acordo com Aquino (2005), trabalho e emprego possuem dois conceitos diferentes, enquanto o primeiro refere-se a trabalho de modo geral, emprego é todo o conjunto de garantias e direitos que são mediados pelo trabalho.

A implementação do empreendedorismo como eixo estruturante no Novo Currículo em Movimento do DF pode causar disparidades entre as escolas públicas e particulares do Distrito Federal principalmente por dois fatores: pela estrutura física das escolas e pela renda familiar dos estudantes. Como dito, em um dos conceitos de empreendedorismo, é necessário que se possua alguma fonte de renda que possa ser investida para que assim se possa gerar lucro ao empreender. Com isso a escola

precisa de estrutura para fornecer possibilidades de aulas focadas no empreendedorismo, bem como precisa de financiamento para investir na formação de professores que possam pensar neste eixo estruturante. Além de contar com a pedagogia histórico-crítica pela qual o currículo está baseada, não destoando o ensino da realidade dos estudantes, uma vez que para empreender é necessário que já se tenha alguma fonte de renda para investimento com objetivo da obtenção de lucro, que pode vir a longo prazo.

De acordo com questionário socioeconômico do Sistema Nacional de Avaliação Básica (2019), respondido por 7.245 estudantes de escolas públicas do Distrito Federal, 32% dedicam seu tempo fora da escola para trabalhar mais de duas horas, seja recebendo um salário ou não. Este índice da pesquisa amostral demonstra que mais de 2.000 estudantes trabalham para sobreviver e complementar a renda econômica familiar. Uma das propostas do Novo Ensino Médio é ampliar a carga horária para que o ensino se torne integral, mas não houveram propostas de políticas públicas para que o estudante tenha enquanto opção não trabalhar para complementar a renda familiar, apenas se dedicar aos estudos.

O eixo estruturante do empreendedorismo pode destoar da realidade da maioria dos estudantes, principalmente de estudantes de escolas públicas, uma vez que o senso comum “cria um discurso sobre o empreendedorismo que cria a ilusão de prosperidade”, ou seja, de cem alunos que empreenderam apenas 10 obtiveram sucesso, e estes serão sempre utilizados como exemplo de demonstração para ilustrar o resultado de empreender como positivo e viável para todos. De acordo com Antunes (2020), o empreendedorismo no contexto neoliberal é uma forma de precarização do trabalho, já que são extintos os direitos trabalhistas dos trabalhadores, que agora trabalham de forma autônoma e independente.

Além disso, “as grandes corporações passaram a apresentar as manifestações secundaristas como um dado da confluência entre as reivindicações estudantis e as mudanças que o empresariado estava planejando há mais de década para o Ensino Médio” (CATINI, 2020). As parcerias público-privadas passaram a se manifestar dentro da educação de forma assistencialista, descaracterizando a educação como direito, como estabelecido na Constituição Federal de 1988. Isso ocorre por meio de cursos e incentivos do protagonismo de jovens realizando serviços para grandes corporações de forma gratuita, por meio de trabalhos sociais. Empresas como Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Carlos Chagas, entre outros

analisaram as políticas curriculares de Ensino Médio dos 27 Estados, apontando como solução para sua reformulação um leque de opções para escolhas dos estudantes, que é o que ocorreu com a Reforma do Ensino Médio. Logo o NEM foi projetado de acordo com os interesses econômicos das grandes corporações.

5.2 Formação Técnica Profissional

No documento analisado, Novo Currículo em Movimento do Distrito Federal, existe a opção da Formação Técnica Profissional que pode ser cursada concomitante à Formação Geral Básica, mas que apesar disso, em grande medida, não há interdisciplinaridade entre o conteúdo do conhecimento da escola técnica e da unidade escolar regular de ensino. As horas cursadas da Formação Técnica Profissional poderão ser utilizadas para compor o histórico escolar do aluno, juntamente com outros Itinerários Formativos, se for o objetivo do estudante.

A proposta do Novo Ensino Médio através dos Itinerários Formativos é que o aluno possa construir o próprio caminho escolar por meio do Projeto de Vida. O Projeto de Vida é uma Unidade Curricular do currículo em que são realizadas atividades educativas a respeito “do autoconhecimento, do autocuidado, da relação interpessoal, do mundo do trabalho, das profissões, dos processos de escolhas, de transições e de aprendizagem ao longo da vida, utilizando-se da aplicação de técnicas de ensino e aprendizagem” (SILVA; CARVALHO, 2019). No entanto há, novamente, uma disparidade na oferta do Projeto de Vida entre instituições de ensino públicas e particulares, pois de acordo com Zago (2006) falar de escolhas implica ocultar questões centrais como a condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização do candidato.

Além disso, no Projeto de Vida, os professores que abordarão esta unidade curricular precisam realizar cursos de formação no Distrito Federal de 180h, mais precisamente na EAPE (Subsecretaria de Formação Continuada de Profissionais da Educação). Nota-se a flexibilização do trabalho presente no contexto do Toyotismo e

Projeto de Vida, onde a categoria de professores precisa dedicar-se a diversas funções, assumindo, por vezes, um papel que não caberia ao professor.

O Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio refere-se ao Projeto de Vida, também como orientador para os prosseguimentos de estudos pós ensino médio (p. 126), colocando como possibilidades ao findar a Educação Básica o acesso ao Ensino Superior, a educação profissional e técnica subsequente, acesso às carreiras de concursos públicos, o empreendedorismo e outras formas de ingresso no mundo do trabalho. No entanto, alunos de escola pública, principalmente moradores de cidades satélites do Distrito Federal, possuem uma condição econômica que pode dificultar a escolha de um percurso acadêmico movido pela vontade, sendo este substituído pela necessidade. De acordo com o questionário socioeconômico realizado por meio de pesquisa amostral já mencionado, 32% dos estudantes da última série do Ensino Médio dividem seu tempo de estudos com o trabalho. Devido a isso as condições de escolhas para os estudantes do ensino médio por meio do projeto de vida são diferentes, de acordo com Zago (2006) um dos maiores problemas que enfrentam os estudantes em questão reside na qualidade do ensino público, do qual dependem para prosseguir sua escolaridade.

É importante não somente ofertar escolhas possíveis para a construção profissional dos estudantes, mas manter economicamente e por meio de políticas sociais estas escolhas. Sabe-se que a ampliação do número de vagas nos níveis fundamental e médio não eliminou os problemas relacionados à qualidade do ensino (Zago, 2006). Além disso a ampliação também no número de vagas das universidades públicas ainda torna selecionador o público alvo de determinados cursos de graduação, como por exemplo o curso de medicina, que exige materiais de alto custo para que o estudante possa concluir a graduação, fazendo com que estudantes de baixa renda sejam desmotivados apesar da possibilidade de serem aprovados no vestibular. O mesmo ocorre com os cursos de formação técnico profissional do NEM, em que são ofertadas vagas limitadas por meio de escolas parceiras, em particular do Sistema S no DF, e quando não há vagas suficientes os estudantes são selecionados por meio de sorteios diante de um edital aberto em dois semestres durante o ano.

Nos editais abertos para a Formação Técnico Profissional no Distrito Federal pode ou não haver cursos voltados que estejam em conformidade com o Projeto de Vida construído pelo estudante. No último edital abriram cursos de Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Secretariado, em

parceria com o Sistema S de ensino (SENAI, SENAC). Cada curso ofertou 30 vagas, e caso excedesse o número de matrículas para o número de vagas, a escolha ocorreria por sorteio. Houveram ainda vagas para os cursos de Técnico em Gastronomia e Técnico em Confeitaria, ofertados por escolas técnicas da secretaria de educação, onde havia 10 vagas para cada curso. Se não houvesse vagas o suficiente a escolha também ocorreria por meio de sorteio.

Escolher entre o acesso ao Ensino Superior ou a Formação Técnico Profissional não é necessariamente uma escolha pois:

- O Ensino Superior possui cursos não acessíveis para estudantes de baixa renda, pois exige uma manutenção de alto custo para se manter na graduação, como por exemplo os cursos de medicina.
- A Formação Técnico Profissional segue incerta, sem avaliar a quantidade de vagas necessárias para matrículas dos estudantes, sendo feita, em caso de excedente, por meio de sorteio.

Tanto na escolha do acesso ao Ensino Superior quanto a Formação Técnico Profissional há que se levar em consideração aspectos da condição do estudante que o fazem ter acesso ao ensino “financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer (Grignon e Gruel, 1999).

Portanto, não se pode pensar o Novo Ensino Médio no Distrito Federal como uma possibilidade aberta de escolhas possíveis ao findar a Educação Básica, pois o DF é considerado uma das regiões mais desiguais, economicamente, no Brasil. É necessário pensar uma educação que atenda os estudantes da classe trabalhadora, bem como projetar um financiamento escolar condizente com a realidade da Unidade Escolar, que possa ofertar um Ensino Médio que realmente ofereça possibilidades e garanta uma formação ampla, geral e básica consistente que permita tanto a inserção no mundo do trabalho como a continuidade dos estudos em nível superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou-se verificar as relações de trabalho e educação na sociedade, e como o Novo Ensino Médio está organizado para atender às demandas do mundo do trabalho, adequando a formação dos estudantes nessa direção.

Foram analisados documentos de âmbito nacional referentes ao Novo Ensino Médio, bem como as justificativas para a Reforma do Ensino Médio. Além disso, selecionou-se, também os documentos do GDF, e de maneira mais detalhada analisamos o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal com objetivo de compreender a concepção de trabalho, como também observar quais foram as mudanças ocorridas no Distrito Federal e a maneira como estão se dando tais mudanças.

No Distrito Federal ainda estão ocorrendo adaptações ao Novo Ensino Médio, de acordo com o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio do Distrito Federal. É possível verificar que, apesar da existência da Base Nacional Comum Curricular, há muitas disparidades entre o ensino das instituições públicas e privadas, já que os Projetos Políticos Pedagógicos são diferentes e as propostas pedagógicas devido às condições escolares podem limitar as escolhas dos estudantes de escolas públicas.

Em síntese, ao desenvolver a pesquisa percebemos como o Novo Ensino Médio, tanto do Distrito Federal quanto de âmbito nacional, interfere no mundo do trabalho uma vez que estamos dentro de um contexto trabalhista de tendências “uberizadas”, marcadas pela imersão do meio digital e tecnológico no cotidiano dos trabalhadores e pela precarização e flexibilização do trabalho. Identificamos que na vertente do empreendedorismo há um paradigma meritocrático instalado na ideia de que sempre há uma forma de combater o desemprego e a falta de renda, quando na verdade é necessário ter uma fonte de renda para estabelecer alguma forma de empreendedorismo, bem como um distanciamento de empregos com carteira assinada e acesso aos direitos trabalhistas. O que ocorre é que a educação é tratada como fonte de assistencialismo e ofertada em parceria com empresas privadas, com objetivo de perfazer significativamente políticas sociais (CATINI, 2020).

Há ainda que se observar as propostas do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do DF, em que ao finalizar a Educação Básica propõe para as próximas

etapas do mundo do trabalho eixos como o empreendedorismo, formação técnica profissional, concursos públicos e ingresso na universidade pública, mas não assegura a escolha de uma dessas opções, sendo que a escola pública pode ou não assegurar alguma dessas preferências de acordo com a suas possibilidades.

A possibilidade da Formação Técnica Profissional enquanto Itinerário Formativo torna-se limitada ao número de vagas propostos pelo edital em parceria com escolas público-privadas (como o Sistema S), que muitas vezes não tem o Projeto Político Pedagógico atrelado ao PPP da Unidade Escolar em que o estudante está matriculado, o que faz com que o ensino ocorra sem interdisciplinaridade, sem que haja o ensino crítico, como proposto no Currículo em Movimento.

O título da monografia “NOVO ENSINO MÉDIO NO DISTRITO FEDERAL E O MUNDO DO TRABALHO: CAMINHOS MÚLTIPLOS OU UNO?” busca trazer uma reflexão a respeito do Novo Ensino Médio no DF enquanto caminhos múltiplos pode ser uma barreira, uma vez que não são consideradas as condições estruturais da escola, o número ofertado de vagas para Formação Técnica Profissional, que é limitado, fazendo com que ocorra por meio de sorteio a vaga desejada quando se tem mais alunos inscritos do que oportunidades ofertadas. Bem como a significativa redução da formação geral e a “especialização” em áreas de conhecimento ou itinerários formativos. Ou seja, a ideia propagada de ser múltiplos caminhos reduz a um único caminho de projeto de vida para os trabalhadores inserir-se em formas precárias de trabalho.

Portanto, apesar de ainda estar em fase de adequação, a Reforma do Ensino Médio, limita a formação geral dos estudantes no Ensino Médio, o estudante fica restrito às suas escolhas por motivos pessoais, ou mesmo precisa refazer seu Projeto de Vida por conta das limitações da própria escola em que está matriculado, tornando o ensino público e as futuras condições de trabalho ainda mais desiguais do que já são. O empreendedorismo carrega a ideia de sucesso e solução para lidar com o desemprego, quando na verdade está disfarçado de um autogerenciamento subordinado, colocando a ideia meritocrática e competitiva como um dos pilares dos currículos escolares.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABILIO, L. C. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.** *Psicoperspectivas*, 18(3). 2019, Campinas, São Paulo, Brasil.
- ANDRADE, Rita de. **Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros.** Porto Alegre, julho de 2010.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo.** *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil.** *Estudos Avançados*. 2014, v. 28, n. 81, pp. 39-53.
- Aquino, Cássio A. B. de. (2005). **Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social.** Trabalho apresentado na II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís.
- BARROS, Aluizio Antonio de; PEREIRA, Claudia Maria Miranda de Araujo. **Empreendedorismo e crescimento Econômico: uma análise empírica.** *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008.
- CATINI, Carolina. **Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da Educação.** *Revista USP • São Paulo • n. 127 • p. 53-68.* Outubro/novembro/dezembro, 2020.
- DORNELAS, José Carlos Assis; SPINELLI, Stephen; ADAMS, Robert. (2014) **A Criação de Novos Negócios - Empreendedorismo Para o Século XXI - 2ª Ed.** São Paulo: Elsevier.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da Educação: conceitos e definição.** *Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2007.* Série Documental, n. 24. Mai. p. 1-68.
- FONSECA, Marcos Vinícius. **Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica.** *Revista brasileira de história da educação* n° 4 jul./dez. 2002.
- GRIGNON, Claude; GRUEL, Louis. **La vie étudiante.** Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e Escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível.** *Educação & Sociedade* [online]. 2017, v. 38, n. 139, pp. 331-354.
- MALANCHEN, Julia et al. **Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio em tempos de pandemia: considerações a partir da Pedagogia Histórico**

- **Crítica.** Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 30, n. 01, p.21-45, jan/abr, 2021.

MARTINS, A. S., & CASTRO, L. F. de. (2021). **A concepção de trabalho educativo do Sebrae: assimilar a docência para difundir o empreendedorismo.** *Geminal: Marxismo E educação Em Debate*, 13(1), 152–179.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. vol.12, n.34, pp.152-165.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 6. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2021 – (Coleção memória da educação).

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **História da educação brasileira** do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais. São Paulo Atlas 2015.

SILVA, Mônica Ribeiro. **A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o regaste de um empoeirado discurso.** *Educação em Revista* [online]. 2018, v. 34.

SILVA, Alexandre Ribeiro da; NETO, José de Caldas Simões; RODRIGUES, Katissa Galgania Feitosa Coutinho. **Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil.** *Rev. Mult. Psic.* V.12, N. 41, p. 637-648, 2018 -ISSN 1981-1179.

ZAGO, Nadir Do. **Acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2006, v. 11, n. 32.

Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. **Cursos para estudantes do Novo Ensino Médio.** Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/cursos-para-estudantes-do-novo-ensino-medio/>
Acesso em 24 de out. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento do Distrito Federal: Novo Ensino Médio.** Brasília: SEEDF, 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015_-_2018/2016/MPV_746.htm>. Acesso em :18 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto - Lei

no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto - Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015_2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 18 out. 2022. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.